


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté-SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001057-26.2017.8.26.0233**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Fagner Teixeira Santos e outro**
 Requerido: **Alyne Lopes de Araújo e outro**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais proposta por **FAGNER TEIXEIRA SANTOS** e **ADRIANA DE MARCO** contra **ALYNE LOPES ARAUJO** e **MARIA DE NAZARÉ LOPES FERREIRA**. Os requerentes contrataram as requeridas para realização do casamento, incluindo o trabalho de cerimonialista e decoração, pagando pelo serviço a importância de R\$ 16.000,00. Aduzem que o serviço não foi realizado de maneira satisfatória, na medida em que havia poucas flores e as usadas estavam murchas, faltou comida e a que foi oferecida não estava satisfatória, o evento estava desorganizado, faltaram taças para o brinde dos noivos com os padrinhos, o sofá usado na decoração estava rasgado, o bolo cenográfico estava rachado, entre outros transtornos apontados na inicial. Pretendem os requerentes a restituição do valor total pago pelo evento, no importe de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), bem como, indenização por danos morais, no importe de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

Audiência de conciliação infrutífera (fl. 126).

Citadas, as requeridas contestaram (fls. 134/143) afirmando que tudo ocorreu conforme o contratado. Em reconvenção, afirmaram que o casamento foi contratado para 150 pessoas e, no final, havia 171 pessoas. Pleiteiam o reembolso da quantia de R\$ 2.239,86 pela diferença do número de convidados.

Houve réplica (fls. 261/267).

Instadas a manifestarem-se sobre a produção de provas (fls. 268), as partes requereram oitiva de testemunhas e depoimento pessoal da ré.

Designada audiência de instrução (fls. 281/289).

Alegações finais dos autores (fls. 293/298) e das rés (fls. 308/312).

É o relatório.
Fundamento e deciso.

Trata-se de reparação pelos prejuízos suportados pelos autores em decorrência da má prestação dos serviços das rés.

Por sua vez, as rés sustentaram que os serviços foram prestados da forma

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE IBATÉ****FORO DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté-SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

contratada sem qualquer irregularidade.

Contudo, considero incontroverso o descontentamento da parte autora com os serviços prestados pelas requeridas, pois em seu depoimento, a ré afirmou que a noiva chorou no final da festa e não parecia estar feliz, tendo retornado no dia seguinte para conversar com ela.

A relação jurídica material entabulada entre as partes é regida pelo microssistema do Código de Defesa do Consumidor, pois estão presentes os requisitos dos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Nos termos do artigo 14, II, do CDC, o serviço é considerado defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais, o resultado que razoavelmente dele se espera.

Nessa linha, as testemunhas arroladas pelos autores foram unânimes em relatar o inconformismo da noiva durante a celebração, o tumulto no momento do brinde, a falta prematura da comida e o desleixo na decoração.

Inclusive, a testemunha Marcia Maria Martins Pisanelli, afirmou que compareceu no salão horas antes da festa, por volta das 17 horas e 10 minutos e contou que não tinha nada arrumado, e reclamou com a decoradora sobre o sofá e tapete rasgados, sem obter explicações.

Nesse sentido, as fotografias de fls. 79/100, em consonância com os depoimentos das testemunhas, deixam clara a existência de má qualidade na prestação dos serviços.

As testemunhas arroladas pela parte ré, que trabalharam durante o evento, em contrapartida, apenas afirmaram que não houve nenhum problema na ocasião.

Por tudo o que dos autos consta, entendo que a parte autora desincumbiu-se do ônus que lhe impõe o artigo 373, I, do Código de Processo Civil, de provar o fato constitutivo de seu direito, pois o conjunto probatório é suficiente para demonstrar, com segurança, a existência de danos a ensejar indenização.

Em que pese a constatação da responsabilidade das rés pelo serviço, o pedido de danos materiais é improcedente.

Isso porque os autores pagaram às rés a importância combinada pelo serviço realizado, não obstante tenha deixado a desejar.

Assim, o valor pleiteado de R\$ 16.000,00 por si só já seria exorbitante para o caso pois, ainda que de má qualidade, fato é que o serviço foi prestado e condenar as rés ao reembolso total da quantia recebida ensejaria enriquecimento ilícito dos autores.

Ademais, não há comprovação, nos autos, da existência de prejuízos concretos suportados pelos autores que justificasse a condenação em danos materiais.

Vale esclarecer, no caso dos autos, o defeito na prestação de serviço refere-se à qualidade e não especificamente à quantidade de serviços prestados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté-SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Isso porque, as requeridas prestaram o serviço na totalidade contratada, ou seja, a prestação do serviço não foi em número inferior ao que as partes ajustaram e pela qual a autora pagou o valor total de R\$ 16.000,00 (decoração, bufê, bebida, barman, cabine e mesa de doces e dos convidados).

Assim, evidenciada a falha na prestação de serviço das requeridas no tocante à qualidade e não quantidade, não sendo possível a reexecução pela própria natureza do evento, surgiu para a parte requerente o direito de exigir o abatimento do preço pago, nos termos claros e precisos dos artigos 18 e 20 do Código de Defesa do Consumidor.

Porém, não houve pedido nesse sentido. Extrai-se da inicial tão somente a restituição da quantia total desembolsada pelos autores.

Sabe-se que o pedido deve ser certo e determinado pois, a atuação do juiz está adstrita a ele e, no caso em tela, não houve pedido de abatimento, mas, sim, de restituição integral. Portanto, não há que se discutir.

Quanto ao pedido de dano moral, tenho-o por configurado.

No caso vertente, os danos morais são intuitivos e inerentes ao próprio evento, porquanto a cerimônia de casamento constitui um momento relevante e envolto de grande expectativa na vida de qualquer pessoa, de modo que a ausência de serviços contratados, a má qualidade da comida e da decoração, bem como a falta de suporte e a assistência para os problemas encontrados, certamente causam frustração e abalo moral.

O conjunto probatório demonstra a desorganização do evento, a má qualidade da decoração, tanto no que pertine às flores quanto aos móveis utilizados, além de outras questões já relatadas, fato que enseja evidente dano ao patrimônio imaterial dos noivos. O vício na prestação do serviço em situações irreversíveis, como se dá ordinariamente nas festas de casamento, incute no consumidor um sentimento de injustiça decorrente da frustração de não ver cumprido o que fora antes contratado, comprometendo a celebração.

A indenização por dano moral deve ser fixada em patamar capaz de aplacar o sentimento de injustiça experimentado pelos autores, sem que se transforme em ganho exagerado que, além da reparação do infortúnio o transforme em um bom negócio.

O arbitramento do valor devido a título de dano moral deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao porte empresarial das partes, suas atividades, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se da experiência e do bom senso, atento à realidade da vida, notadamente, à situação econômica atual e às peculiaridades do caso concreto. Não pode, ainda, a indenização ser módica, mas também não serve de fonte para o enriquecimento sem causa.

Destarte, analisando as peculiaridades do caso em tela, arbitro a indenização por danos morais em R\$ 7.000,00.

Em reconvenção, as rés alegaram que o serviço foi contratado para 150 convidados pelo valor total de R\$ 16.000,00. Ocorre que, em sua lista final, os autores apresentaram 171 convidados, sem pagar qualquer diferença. Por simples cálculo aritmético,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE IBATÉ****FORO DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté-SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

dividindo o valor total por 150 pessoas, as rés pleiteiam o recebimento da diferença de 21 convidados, o que totaliza R\$ 2.239,86.

O pedido é improcedente.

As requeridas não comprovaram efetivamente que serviram convidados acima do contratado, sendo os documentos juntados com a contestação produzidos de forma unilateral sem comprovação por outros elementos de prova.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido de danos morais e condeno as rés a pagarem a quantia de R\$ 7.000,00 aos autores, atualizados a partir desta data e acrescidos de juros de mora de 1% a contar da citação. Por outro lado, **JULGO IMPROCEDENTES** o pedido de danos materiais e a reconvenção. A sucumbência é recíproca, de modo que cada parte arcará com 50% das custas processuais e honorários advocatícios no importe de R\$ 800,00, observando-se a gratuidade concedida às rés.

Interposta apelação, viabilize-se contrarrazões e remetam-se os autos à Superior Instância com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 13 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**